

Atualidades

Esta Secção contará com resumos de artigos sobre Bioética recentemente publicados (com ou sem comentário editorial), bem como resenhas e pareceres, além da narrativa de situações questionáveis, singulares e até mesmo humorísticas, sob o enfoque ético. Igualmente, serão noticiados cursos, seminários, simpósios e congressos, realizados no Brasil e no mundo, concernentes à Bioética

Marco Segre



Asclépio cura os doentes. Relieve de Aquino. Museo Nacional, Atenas.

IS THE GENOME THE SECULAR EQUIVALENT OF THE SOUL?

Mauron, A. Is the genome the secular equivalent of the soul?

SCIENCE 2001; 291(5505): 831-2

O Autor, Ph.D. em biologia molecular e professor associado de Biética da Escola de Medicina da Universidade de Genebra (Suíça), levanta a questão de ser o *genoma* comparado à *alma*, numa versão laica.

O artigo é original e a idéia interessante: relata que a visão da religião católica quanto ao respeito à vida do embrião, a partir do instante da concepção – e relembra que isto nem sempre foi assim: na Idade Média (filosofia de Sto. Tomás de Aquino) considerava-se que a alma penetraria no embrião 40 dias após a “coabitação”, se masculino, e 90 dias após esse evento, se feminino –, assemelha-se ao conceito de que o *genoma*, enquanto bagagem hereditária completa da futura pessoa, contendo a *marca* do novo ser, seria a *forma* (Sto. Tomás de Aquino) que moldaria o organismo vivo *reconhecível como tal*.

Assim, a percepção do genoma como fator decisivo na estruturação do ser compara-se à da alma, agora numa visão laica, estruturalista e determinista da essência humana.

O momento de encontro dos gametas (formação de uma estrutura diplóide) seria o elo decisivo para a caracterização do ser humano.

O trabalho oferece considerações tanto filosóficas como no âmbito da genética. Ao final, o Autor manifesta sua crítica com relação a esse enfoque *determinista* do genoma, lembrando que outras influências, com destaque as socioambientais, também interferirão na estruturação do novo ser.

Mais uma vez defrontamo-nos com essa leitura (crítica, neste artigo) do neolombrosianismo (foi Lombroso quem insinuou, em razão de uma necropsia por ele realizada num célebre bandido siciliano, que sua tendência ao crime fosse decorrência de uma *fosseta* presente na crista do osso occipital do cadáver).

É dessa forma que muitas pessoas vêem o seqüenciamento do gene e assumem o con-

ceito de *aí estar a alma humana, cujo destino inescapável está indelevelmente inscrito*. Porém, nem todos os geneticistas têm esse consenso. Com parcial sabedoria, reconhecem o componente social na estruturação da personalidade do ser humano. Sabedoria *parcial*, a meu ver, porque enfoca o ambiente como outro determinante (além do genótipo): portanto, chegamos ao ponto, se os *determinantes são 2 ou 2000, onde fica a idéia do ser humano, autônomo, e, assim, livre, desse delineado “sistema de informática universal”?* Existe a autonomia?

O interessante é que mesmo o conceito de *alma*, das religiões, é percebido como menos determinista do que o genoma! E os que crêem na reencarnação falam num *aprimoramento* (o que seria esse aprimoramento?) progressivo da *alma*?

Estas considerações, *livres*, visam “acrescentar algo” ao interessante artigo referenciado.

*HELSINKI'S NEW CLINICAL RULES: FEWER
PLACEBOS, MORE DISCLOSURE. SCIENSE*

Enserink, M. 290 (5491):418

Martin Enserink

O Autor destaca as modificações que a Associação Médica Mundial (World Medical Association - WMA) impôs, após três anos de intensos debates, à pesquisa com placebos.

Pesquisadores e bioeticistas discutiram longamente quanto às alterações a serem realizadas na Declaração de Helsinque (versão de 1964), acrescentando restrições ao uso de placebos em pesquisas com novas drogas, “limitando dramática-

mente” as ambigüidades das normas anteriores, oferecendo uma vitória gratificante aos defensores dos “pacientes” (que preferimos denominar “sujeitos” de pesquisa).

Esse novo posicionamento da WMA ocorreu no Encontro de Edimburgo, realizado em 7 de outubro de 2000. Levantaram-se, continua o Autor, muitas críticas a essa nova versão de Helsinque: ela proíbe protocolos de pesquisas, em andamento, coerentes com as diretrizes da Food and Drug Administration – FDA, dos EUA. Contrária, inclusive, projetos em vias de implementação, atingindo pesquisadores, financiadores e editores de revistas científicas (levando-os a devolver, aos autores, artigos já aprovados, de acordo com a versão anterior de Helsinque). O cerne da mudança está na aceitação do uso de placebos tão somente quando não existam terapêuticas que tenham demonstrado eficácia no tratamento das doenças em estudo. “Nosso principal objetivo é proteger os pacientes”, afirmou Delon Human, secretário geral da WMA.

O uso de placebo levantou muitas controvérsias com relação a experimentos, por exemplo, realizados na África e Ásia, estudando a transmissão vertical da AIDS (pacientes gestantes),

mobilizando inclusive o Ministério Público que arguiu a possibilidade de fetos poderem vir a ser infectados em decorrência dessa prática.

Pesquisadores e ativistas questionavam o fato de pesquisas com placebo infligirem sofrimentos inúteis a “pacientes” com depressão, artrite, dor crônica.

Também surpreendentes foram outras regras, por exemplo, instando os participantes de uma pesquisa a declararem se têm algum “conflito de interesses”; e outra, determinando que os resultados da pesquisa, positivos ou negativos, sejam publicados ou, de qualquer forma, tornados públicos.

“Pesquisadores não querem perder tempo com isso, editores de revistas não querem gastar espaço com essas informações, e indústrias farmacêuticas não querem expor suas falhas”, diz Kay Dickersin, diretor do Centro de Pesquisas e Atenções de Saúde Baseadas em Evidências, da Brown University de Providence, Rhode Island.

Este, de Edimburgo, foi realmente um Final Feliz.